



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

Projeto de Lei nº 465/2025

Autor: Vereador Wamberto Ulysses

PARECER

PROJETO DE LEI N. 465/2025.
INSTITUI, NO MUNICÍPIO DE JOÃO
PESSOA/PB, A CAMPANHA
PERMANENTE DE COMBATE À
CULTURA DOS DESAFIOS ON LINE
PERIGOSOS, VOLTADA À PROTEÇÃO
DA INTEGRIDADE FÍSICA E MENTAL
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

I- RELATÓRIO.

Cuidam os autos de Projeto de Lei n. 435/2025 de autoria do Vereador Wamberto Ulysses, que tem como objetivo instituir no município de João Pessoa/PB, a campanha permanente de combate à cultura dos desafios on line perigosos, voltada à proteção da integridade física e mental de crianças e adolescentes.

O projeto visa instituir uma campanha educativa permanente para conscientização e prevenção dos riscos associados aos "desafios online perigosos" que circulam em redes sociais e plataformas digitais.

0



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

Em apertada síntese, eis o relatório. Passamos opinar.

II- FUNDAMENTAÇÃO.

Analizando o conteúdo do Projeto de Lei em questão, verifica-se que o eminente Parlamentar tem por finalidade proteger crianças e adolescentes de práticas virtuais que incentivam comportamentos autodestrutivos, como automutilação e ingestão de substâncias tóxicas.

Fundamenta-se no Estatuto da Criança e do Adolescente, que assegura o direito à integridade física e mental.

A proposta reforça o papel da sociedade e do poder público na proteção infantojuvenil. A campanha é de caráter não obrigatório e prevê ações contínuas e intersetoriais.

Inicialmente, constata-se que o Projeto ora em comento está em total harmonia com os ditames Constitucionais.

De fato, compulsando atentamente o texto da Carta Magna, notadamente, no seu artigo 30, inciso I, que trata da competência dos Municípios, se denota de forma clarividente, que é garantido ao Município legislar sobre matérias de interesse local, o que de fato é exatamente o caso dos autos.

O projeto de lei não invade competência exclusiva do Poder Executivo, pois, não versa sobre regime jurídico dos servidores; nem sobre cargos, funções e empregos públicos na administração direta e indireta e sua remuneração; criação,

e



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do Município, bem como, sobre orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual, o que, de fato estaria em rota de colisão com o artigo 30 da Lei Orgânica do Município.

Cumprе registrar que a esta Comissão cabe o exame da constitucionalidade e legalidade dos projetos de lei (Art. 42, inciso I da LOM). Estando a proposição de acordo com a Constituição Federal (Art. 30, inciso I), com a Constituição Estadual (Art. 21, §1º da Constituição Estadual), com a Lei Orgânica do Município (Art. 29 da LOM), bem como, o próprio Regimento Interno da Câmara Municipal (Art. 136 Regimento Interno), não se vislumbram motivos jurídicos para o impedimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

Ademais, o Projeto versa sobre interesse estritamente local, além de ser competência comum de todos os entes federativos zelar pela guarda da Constituição, das leis, e das instituições democráticas, visando sempre à proteção do bem comum.

O projeto O projeto trata de matéria de competência legislativa ordinária e não adentra em temas de iniciativa privativa do Prefeito.

Além disso, o art. 227 da CF estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à dignidade, respeito e segurança.

Por este prisma, se verifica a plena viabilidade e a constitucionalidade do presente Projeto.

III- CONCLUSÃO.

e



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa Napoleão Laureano

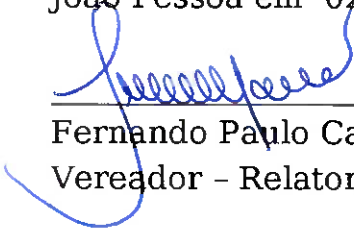
Comissão de Constituição, Justiça e Redação e Legislação Participativa

Ante o exposto, opinamos pela Constitucionalidade do Projeto de Lei n. 465/2025 pelos argumentos acima elencados.

Salvo melhor juízo.

É o parecer.

João Pessoa em 02/10/2025.


Fernando Paulo Carrilho Milanez Neto
Vereador - Relator

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação opina pela **CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei n.º 465/2025, por esta em harmonia com a constituição federal, Lei Orgânica do Município e Regimento Interno desta casa, desse modo, conclui pela emissão de **PARECER FAVORAVEL** à sua aprovação.

Salvo melhor juízo.

É o parecer.

João Pessoa, 02/10/2025.

Damásio Franca Neto
Vereador Presidente



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, JustiçaRedação e Legislação Participativa

Valdir Trindade
Vereador Vice-Presidente

Marcos Vinicius
Vereador Membro

Carlão Pelo Bem
Vereador Membro

Milanez Neto
Vereador -Relator

Durval Ferreira
Vereador Membro

Odon Bezerra
Vereador Membro